

ATA DA VIGÉSSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, na Sala nº 328 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e trinta minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes membros: Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Alessandro Ferreira dos Passos, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Elizeta Maria de Paiva Ramos, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação das Atas pendentes referentes ao exercício de 2008; 2) Apresentação de Palestras: 2.1) Força Nacional de Segurança Pública; 2.2) Perícia Forense: Arquitetura Institucional e Estado-da-Arte da Perícia Forense no Brasil; Proposta de Modelo de Investimentos e Modernização Tecnológica em Perícia para as Unidades da Federação (Estados e DF); 2.3) Gestão do Conhecimento: Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal; Pesquisa Nacional de Vitimização; Sistema Nacional de Indicadores de Desempenho e 3) Autorização para aquisição de equipamentos de campanha – R\$ 1.592.698,80 (um milhão, quinhentos e noventa e dois mil reais e oitenta centavos).

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o Presidente colocou em votação o item 1, o qual foi aprovado por todos os Conselheiros. Na seqüência, o Presidente passou a palavra para o Major/PMERJ Luciano Carvalho de Souza, Diretor da Força Nacional de Segurança Pública – Substituto. O Major fez um breve relato sobre as atividades da Força Nacional, destacando os seguintes pontos: 1) Legislação que regula as atividades da Força; 2) Principais operações realizadas: Nova Maravilha/RJ; Carcará/MA; Estrela Radiosa/AL; Palmares/AL; Portal do Amazonas/AM, Centauro/RR; Artemis/PA; Entorno do DF, Fórum Social Mundial/PA, e ainda diversas operações de apoio ao Departamento de Polícia Federal - DPF e ao Departamento Penitenciário - DEPEN. Atualmente, juntamente com o DPF, estão sendo desencadeadas as operações: Arco de Fogo; Raposa Serra do Sol/RR e Roosevelt. Neste contexto, foram apresentados os resultados obtidos pela Força ao longo dessas operações, nos seguintes segmentos: abordagens, incursões, apreensões de armas, de munições e de entorpecentes, veículos recuperados, foragidos recapturados; lavraturas de atos de prisão em flagrantes, dentre outros e 3) Capacitações realizadas: a) instrução de nivelamento de conhecimento (8.000 profissionais) e capacitações específicas em várias modalidades da segurança pública em áreas de atuação da Força (mais 1.500 profissionais, no primeiro semestre/2009). Finalizando, o servidor exibiu dois vídeos. O primeiro demonstrando formas de operação da Força Nacional e o segundo exibindo atividades de capacitação. Em seguida, foi solicitada a antecipação do item 3 da pauta porque seria exposto pelo mesmo palestrante. Assim, com aquiescência do Colegiado, o Major Luciano explicou que a solicitação de aquisição de equipamentos de campanha se fez necessária em virtude das dificuldades encontradas pela Força quando em deslocamento em áreas inóspitas. Esclareceu que os materiais solicitados são os seguintes: 600 Redes de Selva, 20 Barracas coletivas, 120 Barracas duas pessoas, 1000 Mochilas de campanha, 200 Pás Portáteis Biarticulada, 200 Estojos para Pás Portáteis Biarticulada e 10 Sacos para esterilizar água com capacidade de 150 Litros, os quais visam dotar a Força de meios necessários para o cumprimento de missões de combate a crimes ambientais em Selvas, Matas, Florestas e Mananciais. Ademais, explicou que o padrão específico e rusticidade desses materiais coadunam com as características dos locais de emprego da tropa, sendo, portanto, imprescindíveis para o êxito das missões. O valor é estimado para essas aquisições é de R\$ 1.592.698,80 (um milhão, quinhentos e noventa e dois mil reais e oitenta centavos). Na seqüência, os Conselheiros pediram que fosse explicado como ocorrerá a aquisição desses bens, no âmbito do

Ministério da Justiça. O servidor esclareceu que o processo teve início com a especificação dos bens pela área técnica da SENASP, ou seja, o Departamento de Força Nacional. Em seguida, tramitou pelas áreas competentes do Ministério, como: a Coordenação de Logística, o Setor da Transparência e a Consultoria Jurídica. Desta forma, o processo está instruído com toda a documentação necessária para este tipo de aquisição, a saber: termo de referência, pesquisa mercadológica, declaração de disponibilidade de recursos e nota técnica. Por fim, explicou que, caso o pleito seja aprovado, o processo licitatório, será na modalidade Pregão, o qual será conduzido pela Coordenação de Logística - CGL/MJ. Cabe registrar que no contexto da discussão sobre esse tema, o Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos indagou se a pesquisa mercadológica constava no processo disponibilizado na reunião. O Conselheiro Sidnei Borges Fidalgo explicou que a pesquisa foi anexada ao processo original que está em tramitação na CGL/MJ, esclarecendo que o processo constante na reunião, tratava-se de uma cópia que continha partes do processo original. O Conselheiro Sidnei declarou que assegurava que todos os documentos mencionados constavam no processo original, uma vez que tal documentação é imprescindível à análise dos órgãos mencionados. Acrescentou ainda, que a pesquisa de preço não foi disponibilizada porque o Conselho havia solicitado a inclusão da pesquisa somente nos projetos de transferências voluntárias. O Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos ponderou que a pesquisa mercadológica constitui-se num importante parâmetro para aferir o valor final pleiteado. O Conselheiro Sidnei concordou com a colocação feita e esclareceu que quando os projetos de aquisição direta são inseridos na pauta, a pesquisa mercadológica já foi feita e que, portanto, se houver alguma deliberação do Colegiado nesse sentido tal informação será previamente disponibilizada. A sugestão foi acatada pelo Colegiado, o qual recomendou que quando for solicitada ao Colegiado a autorização para a aquisição direta, ou seja, pelo Ministério da Justiça, deverá ser apresentada aos Conselheiros, juntamente com a nota técnica, a pesquisa mercadológica dos bens que serão adquiridos. Na seqüência, o pleito foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, a palavra foi passada ao servidor Marcelo Ottoni Durante que iniciou a exposição enfatizando que a SENASP, em razão de ter assumido a responsabilidade de gerir o Sistema Único de Segurança Pública, foi obrigada a se esforçar no sentido de deixar de ser apenas um banco de distribuição dos recursos do FNSP e passar a executar as tarefas concernentes ao ciclo da gestão das ações e políticas de segurança pública em âmbito nacional, e, para tanto, teve que: fazer diagnósticos sobre a situação da segurança pública no Brasil; propor as soluções adequadas para solucionar os problemas de segurança pública identificados; estruturar esforços coletivos envolvendo cada um dos responsáveis pela solução dos problemas; monitorar as ações e os resultados alcançados visando subsidiar possíveis aperfeiçoamentos nos processos de execução das ações; estruturar formas de compartilhar informações e conhecimento entre os responsáveis pela solução do problema, incluindo sociedade civil e outros órgãos públicos, para viabilizar a execução das ações e o alcance de resultados efetivos e criar um sistema de prestação de contas para acompanhar e cobrar de cada responsável pela solução do problema o seu efetivo esforço. Assim, nesse contexto, deu-se a criação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal - SINESP JC, cuja finalidade é a informatização do processo de coleta e divulgação de informações dos órgãos de segurança. Prosseguindo, o servidor explicou a estrutura, a implantação e a gestão do SINESP JC. Ainda sobre o Sistema foram abordados aspectos como: a câmara de monitoramento da gestão; As regras e os procedimentos de coleta de informações/a padronização do processo de coleta de informações; Gestores Estaduais de Coleta de Dados do SINESP JC e a promoção do uso das estatísticas coletadas. Após, o servidor explicou os módulos do SINESP JC: 1) No Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia foi apresentado diversos exemplos de estatísticas dos dados ali armazenadas; 2) No Módulo Perfil Organizacional destacou-se o tipo de informação coletada, a saber: orçamento anual da organização; recursos humanos e valorização profissional; recursos materiais convencionais; estrutura física; funcionamento das unidades operacionais e ações de prevenção; 3) No “Módulo Pesquisa Nacional de Vitimização” foi salientado o objetivo e os aspectos metodológicos; e 4) No “Módulo Fluxo do Sistema de Justiça Criminal” foram destacados os crimes a serem pesquisados e a representatividade nas Unidades da Federação. Depois, o servidor salientou a importância do uso das informações coletadas pelo SINESP JC tanto para a

SENASP como para os Estados. Ademais, explicou sucintamente o Sistema de Distribuição de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e para concluir falou sobre os desafios para a profissionalização da gestão em segurança pública, ocasião em que enfatizou a utilização do SINESP JC como uma ferramenta de trabalho para encarar tais desafios, bem como a potencialidade desse instrumento na definição de novas políticas em segurança pública. O Colegiado ressaltou a importância da coleta de dados estatísticos no âmbito da segurança pública e elogiou o trabalho que está sendo feito pelo SENASP.

Finalizando, o último ponto da pauta foi apresentado pelo servidor Edson Wagner de Sousa Barroso, o qual preliminarmente falou de forma genérica sobre a perícia no contexto do País e da SENASP. Após, explicou início da perícia forense na segurança pública e destacou as quatro grandes áreas da perícia, a saber: 1) Criminalística; 2) Medicina Legal; 3) Identificação e 4) Laboratório, das quais saem trinta e duas áreas de especialidades em perícia forense. Nesse contexto, foi declarado que a população de peritos no País é estimada em mais de dez mil profissionais, graduados em diversas áreas do saber, como: medicina, odontologia, farmácia bioquímica; contabilidade, engenharias civil e mecânica, geologia, física, química, dentre outros. O servidor enfatizou a importância da perícia para a persecução penal. Depois, relatou e explicou as propostas da SENASP no campo da perícia: Plano Sistêmico pela Pasta Estadual; Projetos para a Perícia Forense e Valorização Institucional e dos Peritos. Em seguida, foi explicado o trabalho desenvolvido pela Coordenação de Perícia/SENASP, a saber: 1) análise projetos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do PRONASCI; 2) realização de seminários e encontros nacionais que objetivam estabelecer a ideologia e a doutrina nacional para a perícia forense no Brasil e 3) promoção de capacitações que abrangem: formação, capacitação e especialização por meio de cursos em níveis: básico, intermediário e avançado; ética e direitos humanos; certificado de proficiência, dentre outros. Na área de capacitação são também realizados intercâmbios e aperfeiçoamentos que envolvem: a) convênios com universidades; b) parcerias estratégicas; c) reestruturação institucional e gerencial; d) descentralização com integração sistêmica; e) temas relevantes, como: pessoas desaparecidas, desastres de massa, inteligência em segurança pública, sistema de gestão/cadeia de custódia; f) investigações criminais e g) encontro nacional de dirigentes gerais e de titulares de criminalística, medicina legal e papiloscopia/identificação. Cabe destacar que neste contexto, o servidor relatou o esforço na SENASP em criar um controle de acreditação de qualidade em perícia forense do Brasil, do qual resultou na assinatura de acordo de cooperação técnica entre o MJ/SENASP e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, cuja finalidade é certificar um conjunto de órgãos da segurança pública na área da perícia quanto à sua gestão, operação e produtos. O servidor explicou que essa certificação é de fundamental importância para área, exemplificando que em muitos países, as unidades de periciais nem sequer podem começar a funcionar se não atenderem às regras da International Organization for Standardization – ISO e da American Society for Testing and Materials – ASTM. O acordo é um marco inicial modesto, porém de grande valor para os órgãos de perícia e também para a acreditação do Brasil na Comunidade Internacional. A partir desse Acordo, serão construídos ambientes de referência para os órgãos de perícia, ou seja, serão definidas regras ISO para os profissionais dessa área, as quais serão disseminadas para todo o Brasil, e, conseqüentemente, no decorrer do tempo, essas boas práticas qualificarão sobremaneira o trabalho pericial. Após, o servidor explicou que este ano a SENASP está priorizando dois temas: 1) pessoas desaparecidas, porque no País existem milhares de ossadas sem identificação, assim, milhares de pessoas não sabem onde estão seus entes queridos; 2) desastre de massa, em virtude dos graves desastres nacionais que tem ocorrido, como: enchentes no Piauí e em Santa Catarina; desastres aéreos; desabamento do Templo da Igreja Renascer, cratera do Metro/SP, dentre outros. O servidor esclareceu que em todos os eventos para discussão desses temas são convidados não só profissionais da perícia como também dos bombeiros e da defesa civil. Finalizando, o servidor explicou a importância do DNA, da fonética e da informática forense. Os Conselheiros agradeceram as explicações, parabenizaram o servidor pelo importante trabalho realizado e solicitaram que futuramente fosse marcada uma nova apresentação para exibição dos temas não abordados em virtude de complicações técnicas.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Sylvio de Andrade Junior

Presidente da Sessão

Sidnei Borges Fidalgo

Secretaria Nacional de Segurança
Pública

Felipe Daruich Neto

Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Alessandro Ferreira dos Passos

Casa Civil da Presidência da
República

Carlos Rogério Ferreira Cota

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Elizeta Maria de Paiva Ramos

Procuradoria-Geral da República